

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	22
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	23
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	27
4.7 - Outras contingências relevantes	29

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	30
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	31
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	32
5.3 - Descrição dos controles internos	33
5.4 - Programa de Integridade	35
5.5 - Alterações significativas	36
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	37
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	38
6.3 - Breve histórico	39
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	41
6.6 - Outras informações relevantes	42
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	43
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	44
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	45
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	46
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	49
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	50
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	51
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	52
7.8 - Políticas socioambientais	53
7.9 - Outras informações relevantes	55
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	56
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	57

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	58
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	59
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	60
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	69
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	70
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	71
9.2 - Outras informações relevantes	72
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	73
10.2 - Resultado operacional e financeiro	103
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	106
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	109
10.5 - Políticas contábeis críticas	117
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	118
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	120
10.8 - Plano de Negócios	121
10.9 - Outros fatores com influência relevante	122
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	123
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	124
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	125
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	128
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	130
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	131
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	132

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	134
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	135
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	136
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	142
12.12 - Outras informações relevantes	143

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	144
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	150
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	154
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	155
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	156
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	157
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	158
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	159
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	160
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	161
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	162
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	163
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	164
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	165
13.16 - Outras informações relevantes	166

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	167
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	168
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	169
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	170
14.5 - Outras informações relevantes	171
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	172
15.3 - Distribuição de capital	175
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	176
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	178
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	179
15.7 - Principais operações societárias	180
15.8 - Outras informações relevantes	181
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	182
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	183
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	187
16.4 - Outras informações relevantes	188
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	189
17.2 - Aumentos do capital social	190
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	191
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	192
17.5 - Outras informações relevantes	193
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	194

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	196
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	197
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	198
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	199
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	200
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	201
18.8 - Títulos emitidos no exterior	202
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	203
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	204
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	205
18.12 - Outras informações relevantes	208

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	209
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	210
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	211

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	212
20.2 - Outras informações relevantes	213

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	214
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	215
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	219
21.4 - Outras informações relevantes	220

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2018



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2018



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2018



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2013 a 31/12/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores pagos foram: 2014 R\$ 96 mil, 2015 R\$ 111 mil e 2016 R\$ 120 mil. Referente ao exercício de 2017 a Companhia fechou a proposta pelo valor de R\$ 126 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ribas Gomes Simões	01/01/2017 a 31/12/2017	166.322.238-00	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: risimoes@deloitte.com
Tarcisio Luiz dos Santos	01/06/2015 a 31/12/2016	169.202.088-90	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: tasantos@deloitte.com
Walter Dalsasso	01/01/2013 a 31/05/2015	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores para o exercício de 2018 são: R\$ 110 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/01/2018	197.375.598-00	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não Aplicável a companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	24.217.023,00	22.344.363,00	26.868.217,00
Ativo Total	47.627.293,00	46.245.526,00	55.039.791,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	12.092.478,00	27.147.432,00	45.506.777,00
Resultado Bruto	1.979.502,00	10.692.296,00	50.832.123,00
Resultado Líquido	4.603.756,00	4.206.198,00	14.586.293,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Básico por Ação	12,380000	11,300000	39,200000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Valor das Medições não contábeis

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2015	2016	2017
Receita Operacional Líquida	15.610	12.113	12.093
	34,3%	44,6%	31,6%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

Segue, abaixo, o cálculo do nosso EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2015	2016	2017
Lucro Líquido	14.586	4.206	4.605
IR/CSLL	2.533	8.974	102
Resultado Financeiro	(1.509)	(1.067)	(887)
EBITDA	15.610	12.113	3.820
Margem EBITDA (%)	34,3%	44,6%	31,6%

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional.

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e de seu resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de sua estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

Para os fins do disposto neste formulário:

3.2 - Medições não contábeis

IFRS: Normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo International Accounting Standards Committee.

Princípios Contábeis Brasileiros: Práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inclusive aquelas que aprovam pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as normas e pronunciamentos editados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

US GAAP: Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Item não aplicável aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, dado que não ocorreram eventos subsequentes após o encerramento do exercício social.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

Segundo Artigos 30º, 31º, 32º, 33º e 34º do Estatuto Social da Companhia, segue abaixo política de destinação dos resultados:

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma qualificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5o., parágrafo terceiro, letra "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. oitavo, item "j" - Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária. Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	4.373.568,48	4.206.197,88	13.856.978,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	19,010000	18,820000	54,290000
Dividendo distribuído total	1.093.392,12	998.972,00	3.464.244,65
Lucro líquido retido	3.280.176,36	4.206.197,88	10.392.733,00
Data da aprovação da retenção	23/04/2018	22/03/2017	27/02/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	364.465,02	30/05/2018	305.639,60	30/06/2017	1.154.751,32	04/04/2016
Preferencial Preferencial Classe A	728.927,10	30/05/2018	693.332,40	30/06/2017	2.309.493,33	04/04/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos 03 exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. FATORES DE RISCO

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

- a. **ao emissor**
- b. **a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**
- c. **a seus acionistas**
- d. **a suas controladas e coligadas**
- e. **a seus fornecedores**
- f. **a seus clientes**
- g. **aos setores da economia nos quais o emissor atue**
- h. **à regulação dos setores em que o emissor atue**
- i. **aos países estrangeiros onde o emissor atue**
- j. **a questões socioambientais**

A capacidade da Companhia de programar a estratégia de negócios poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto conhecidos como desconhecidos, gerando efeito adverso no seu resultado.

A Companhia planeja ampliar seus negócios por meio de prospecção de novas obras através de uma expansão seletiva dos empreendimentos que pretende construir. Essa premissa essencial para as perspectivas de sucesso está condicionada a significativas incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, e operacional.

É possível que uma ou mais premissas da estratégia de negócios da Companhia se revelem incorretas, assim como o enfrentamento de fatos e circunstâncias imprevisíveis. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia:

- incapacidade de prever e nos adequar a novas tendências do setor de construção civil
- estimativas imprecisas sobre o custo e o prazo de construção das benfeitorias necessárias para implementação dos projetos, fazendo com que estes deixem de ser lucrativos;
- aumento da concorrência no setor de construção civil;
- aumento dos custos operacionais, inclusive prêmios de seguro e tributos imobiliários que afetem nossas margens de lucro;
- a conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e especificamente nas áreas geográficas em que prestaremos nossos serviços;
- inflação, flutuação do câmbio e flutuação das taxas de juros;
- novas leis e regulamentos;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia, por meio de suas coligadas, possui um número significativo de empregados próprios, porém, cerca de 90% da mão de obra contratada é composta por trabalhadores terceirizados. A utilização de mão de obra terceirizada por parte da Companhia, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que é atribuída às tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumpri-las. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a escassez de insumos e materiais de construção para obras e a falta de mão de obra capacitada. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços contratados pela Companhia podem acarretar um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

Nesta esteira importante relacionar os riscos processuais. Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho (“MPT”) distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cuja multa atribuída foi de R\$ 100 milhões, a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. Em 25 de Setembro 2015 foi proferida sentença que julgou procedentes os pedidos do MPT, porém reduziu a multa a título de dano moral para o valor de R\$500 mil reais. A Companhia e o MPT apresentaram Recurso Ordinário julgado em 13/12/2016, cujo Acórdão aumentou o valor da multa a título de dano moral para R\$5.000.000,00 e multas cominatória diária de R\$50.000,00 para o descumprimento de obrigações de segurança do trabalho. A Companhia apresentou Recurso de Revista protocolado em 30/03/2017 pendente de julgamento até a presente data. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000.000 em 4 parcelas anuais sem correção no valor de R\$500.000 sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo, o que ocorreu em 11 de abril de 2018. Pagamento da primeira parcela efetuado em 25 de abril de 2018.

As atividades da Companhia podem ser significativamente influenciadas por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, que poderão causar efeitos adversos, tais como:

- níveis de emprego;
- crescimento populacional;
- confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda;
- disponibilidade e condições de financiamento das compras de consumidores;
- períodos de recessão e desaquecimento da economia brasileira;
- mudanças regulatórias, inclusive nas leis de zoneamento e regulamentos ambientais.

Tendo em vista que o setor imobiliário é um setor incentivado por políticas públicas, a majoração da carga tributária incidente sobre o setor poderá causar-lhe um impacto negativo relevante.

Aumentos no preço das matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários (incluem concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, entre outros) decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A manutenção de talentos, e especialmente de nossos Administradores, é uma tarefa essencial para o sucesso dos negócios. A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em grande parte da sua equipe de trabalho. Não há contratos de trabalho de longo prazo ou pactos de não concorrência com os funcionários ou colaboradores; não há como garantir o sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar os quadros da Companhia; não podemos garantir que as políticas de remuneração e benefícios da Companhia são suficientes para reter os seus profissionais. A perda de profissionais qualificados e dos Administradores poderá gerar um efeito adverso para a Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), ela pagará aos acionistas 25% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A Companhia mantém contratados seguros de obra dentro das práticas usuais de mercado. Por outro lado não há como garantir que o valor de seguro mantido será suficiente para a proteção de perdas relevantes. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que não são cobertas pelas apólices de seguro, tais como atos de terrorismo, guerras e revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o investimento pode ser adversamente afetado, obrigando a Companhia a incorrer em custos adicionais resultando em prejuízos operacionais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Há monitoramento constantemente do cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia possui elevado grau de controle sob seus fornecedores visando evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução aos fatores de risco já relacionados no item 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INDICANDO:

- a. **juízo**
- b. **instância**
- c. **data de instauração**
- d. **partes no processo**
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos**
- f. **principais fatos**
- g. **se a chance de perda é:**
 - i. **provável**
 - ii. **possível**
 - iii. **remota**
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo**

Processo n. 00019887320135020049 (Ação Civil Pública)	
a. Juízo	Trabalhista - 49ªVT/São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	30/07/2013
d. Partes no processo	Ministério Público do Trabalho x Adolpho Lindenberg Construtora LTDA
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$100.000.000
f. Principais Fatos	Audiência reagendada para 13.02.2015. Audiência de julgamento designada para 08.06.2015. Sentença de 25.09.2015 procedente condenando a empresa ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00. Interposto recurso ordinário pela Lindenberg em dezembro/2015 julgado em 13/12/2016, cujo Acórdão aumentou o valor da multa a título de dano moral para R\$5.000.000,00 e multas cominatória diária de R\$50.000,00 para o descumprimento de obrigações de segurança do trabalho. A Companhia apresentou Recurso de Revista protocolado em 30/03/2017. O processo

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000.000 em 4 parcelas anuais no valor de R\$500.000 sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo, o que ocorreu em 11 de abril de 2018. Pagamento da primeira parcela efetuado em 25 de abril de 2018.
g. Probabilidade de perda	acordo
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia. A longo prazo, a imputação de altas multas encareceria o custo da Construção da Companhia.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia firmou a acordo se comprometendo a pagar R\$2.000.000 em 4 parcelas anuais no valor de R\$500.000 sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo, o que ocorreu em 11 de abril de 2018. Pagamento da primeira parcela efetuado em 25 de abril de 2018.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Companhia não possui processo judicial não sigiloso, em que ela ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

A Companhia e as suas controladas não são partes em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios que sejam sigilosos e relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando

a) valores envolvidos

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Segue provisões relacionadas a processos remotos, possíveis e prováveis para a causas trabalhistas, cíveis e tributárias;

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2018

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	57.991	293.930	402.552	754.473
Possível	23.891.424	224.131	4.511.939	28.627.494
Provável	5.161.002	295.285	5.440.983	10.897.271
Total	29.110.417	813.347	10.355.475	40.279.238

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2017

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	17	285.194	664.291	949.502
Possível	16.122.164	203.987	3.911.357	20.227.508
Provável	1.286.639	294.535	4.550.449	6.131.627
Total	17.408.820	783.716	9.126.097	27.308.637

Provisão para Contingências – Em 31 de dezembro de 2015

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	26	258.252	942.284	1.200.562
Possível	6.856.961	185.141	3.373.212	10.415.314
Provável	780.819	274.343	881.549	1.936.711
Total	7.637.806	717.736	5.197.045	13.552.587

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A principal causa dos processos trabalhistas é a responsabilidade subsidiária que a lei impõe às Construtoras na qualidade de tomadora de serviços. Em relação aos processos cíveis em sua maioria são movidos por clientes, condomínios e vizinhos de obras administradas ou construídas pela emissora, sendo a causa principal a manutenção da construção durante o período legal de garantia.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Apresentamos abaixo os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas prováveis, os quais possuem provisão reconhecida contabilmente:

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2018

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	57.991	293.930	402.552	754.473
Possível	23.891.424	224.131	4.511.939	28.627.494
Provável	5.161.002	295.285	5.440.983	10.897.271
Total	29.110.417	813.347	10.355.475	40.279.238

Provisão para Contingências – Em 31 de março de 2017

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	17	285.194	664.291	949.502
Possível	16.122.164	203.987	3.911.357	20.227.508
Provável	1.286.639	294.535	4.550.449	6.131.627
Total	17.408.820	783.716	9.126.097	27.308.637

Provisão para Contingências – Em 31 de dezembro de 2015

Causa	Trabalhistas	Tributárias	Cível	Total
Remota	26	258.252	942.284	1.200.562
Possível	6.856.961	185.141	3.373.212	10.415.314
Provável	780.819	274.343	881.549	1.936.711
Total	7.637.806	717.736	5.197.045	13.552.587

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não se aplica.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável à Companhia uma vez que essa não emite valores mobiliários no exterior.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. Os riscos para os quais se busca proteção ii. Os instrumentos utilizados para proteção iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado i. Riscos para os quais se busca proteção; ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge); iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos; v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge); vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Adicionalmente a Companhia adota como pratica a elaboração dos processos críticos a fim de formalizar as principais atividades que envolvem os departamentos administrativos e operacionais.

A formalização é realizada através de elaboração de fluxograma, descrição analítica dos processos e treinamentos internos. Este processo visa garantir a eficiência nas operações realizadas pela Companhia a fim de mitigar e corrigir possíveis imperfeições.

Anualmente nossos auditores externos realizam testes substantivos a fim de se certificar de que nossos controles internos estão aderentes e de acordo com os padrões de eficiência necessários para assegurar que as informações contidas em nossas demonstrações financeiras atendem os padrões de controles internos e esta de acordo com a legislação vigente.

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.3 - Descrição dos controles internos

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Todos os departamentos da Companhia.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são revisados pela área de Qualidade e sempre que é identificada alguma inconsistência ou melhoria é submetido a atualização pela área responsável. Gerente de Qualidade / Diretoria

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- a. **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Não se aplica.

- b. **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Não se aplica.

- c. **Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

Sim, a companhia realiza auditoria legal, geralmente por escritório externo.

- d. **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

A Companhia entende que os procedimentos que adota atualmente, ainda que não reduzidos a termo ou formalizados, são suficientes para prevenção, detecção e remedição de eventuais fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não houve alterações significativas dos principais riscos em que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve Histórico

Com mais de 60 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Desde 2004, a empresa atua em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 milhões o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da

6.3 - Breve histórico

redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

O resultado do exercício de 2015 foi positivo, tendo a Companhia distribuído dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) e aumentado o capital social em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, totalizando R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 22 de março de 2016.

O resultado do exercício de 2016 foi positivo, embora tenha representado uma queda expressiva se comparado com o último exercício. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e dois reais) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizado em 22 de março de 2017.

O resultado do exercício de 2017 foi positivo. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$1.093.392,12 (um milhão, noventa e três mil, trezentos e noventa e dois e reais e doze centavos) aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizado em 23 de abril de 2018.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos 3 anos.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Objeto Social

O objeto social da Companhia e suas controladas, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda; (iv) Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

Atividade do emissor e suas controladas

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção de imóveis comerciais e residenciais, sendo eles próprios ou de terceiros.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1 a) Informações de Sociedade de Economia Mista

Item não aplicável a Companhia.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm principalmente da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Bruta Consolidada (R\$ mil)	% Receita Líquida		% Receita Líquida		% Receita Líquida	
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Prestação de Serviços - Construção	12.724	28.655	45.715	105,22%	105,55%	100,46%
Assistência Técnica	914	2.410	5.061	7,56%	8,88%	11,12%
Vendas de imóveis	373	280	56	3,08%	1,03%	0,12%
Total	14.011	31.345	50.832	115,86%	115,46%	111,70%
Impostos sobre vendas e serviços	(1.918)	(4.198)	(5.325)	-15,86%	-15,46%	-11,70%
Receita Líquida	12.093	27.147	45.507	100,00%	100,00%	100,00%

As deduções sobre a receita bruta incluem o total dos impostos incidentes sobre as receitas de serviços e venda de imóveis. Por este motivo, a composição do percentual das receitas da Companhia por segmento econômico em relação à receita líquida apresenta valor superior a cem por cento, quando somadas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não divulga seu lucro líquido por segmento econômico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

Produção / Comercialização / Mercados

a. Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1958, a A Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos e em construção. A Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispendo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteiras deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais e comerciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

c. Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e Parcerias com incorporadores.

d. Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho DE programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:****a. montante total de receitas provenientes do cliente**

Descrição Receita Bruta por Cliente	2017	%	2016	%	2015	%
LPI	7.814	57,29%	18.212	58,10%	25.910	51,35%
EZTEC	5.825	42,71%	12.854	41,01%	24.550	48,65%
Outros	-	0,00%	280	0,89%	-	0,00%
Total	13.638	100,00%	31.345	100,00%	50.460	100,00%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas principalmente pela Lindencorp Participações e Incorporação Ltda e EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.

Estas receitas advêm da prestação de serviços da administração de construção para diversas SPE's que estão alocados os diversos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

- b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

- c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável à Companhia

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

- a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações
- c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente
- d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

No que tange o estabelecimento de políticas socioambientais o ano de 2017 foi guiado pelo trabalho de conscientização da equipe acerca do conceito associado à sustentabilidade empresarial.

A partir de um trabalho de pesquisa junto a grandes players de mercado bem como junto a fornecedores próximos a empresa a respeito de como cada um deles faz a abordagem do tema – associado a leitura e entendimento dos relatórios de sustentabilidade publicados – estabelecemos o caminho para o início do processo esclarecimento da equipe no sentido de fazê-los entender, inicialmente, de que forma nossa rotina de trabalho converge para as crenças estabelecidas em nossa Missão, Visão e Valores.

Escolhemos um de nossos grandes fornecedores, no caso a Deca – Grupo Duratex – para apresentar a equipe os conceitos associados, o trabalho de conscientização da equipe bem como o caminho que a empresa escolheu para promover a quebra de paradigmas e mudança de comportamento.

No caso de nosso Grupo trata-se ainda de um passo bem pequeno mas certamente estamos caminhando para uma situação em que ser sustentável não se tratará apenas de uma opção mas sim de uma necessidade.

O entendimento das metas individuais bem como a forma com a qual cada um está inserido no contexto do resultado do negócio foi tema abordado em treinamento ministrado pela área da qualidade – a partir daí fomentamos em cada um a reflexão de como se pode colaborar positivamente para aquilo que foi definido no planejamento estratégico da empresa.

De forma paralela também apresentamos a importância da busca do desempenho através da “atuação responsável”, respeitando a leis, normas e procedimentos estabelecidos de maneira ética e sempre que possível promovendo o desenvolvimento direto ou indireto de todas as partes interessadas ao negócio.

Nesse contexto podemos destacar os seguintes pontos:

- Intensificamos nossa parceria com a ONG PROLATA, promovendo a destinação responsável de todos os resíduos metálicos e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento de cooperativas de reciclagem e conseqüentemente a inserção de diversos indivíduos no mercado de trabalho;
- Dentro do conceito de desenvolvimento compartilhado “desafiamos” um de nossos grandes fornecedores (Deca – Grupo Duratex) a desenvolver um novo meio de proteger seus produtos durante o transporte e armazenamento que demandasse o mínimo de água para sua retirada antes da instalação. O resultado foi entregue no final de 2017, resultado de um intenso trabalho de pesquisa e sinergia junto à Construtora Adolpho Lindenberg, resultando em uma película plástica que é reciclável e não demanda o uso de água para sua retirada; Por se tratar de uma solução inserida em todos os produtos comercializados no mercado nacional é fato que atingimos uma escala muito maior que a esperada quanto aos benefícios gerados por esse desenvolvimento;

Somos incansáveis na busca e promoção de caminhos responsáveis para a destinação dos resíduos e outras ações que possam potencializar seus benefícios associados – nesse contexto também podemos colocar em evidência as seguintes ações:

7.8 - Políticas socioambientais

Condução de um extenso programa de benchmarking junto a outras construtoras onde, como resultados práticos, pudemos desenvolver novos fornecedores que inclusive praticam a logística reversa:

- Oterprem – Fornecedor de blocos de concreto que retira os resíduos oriundos de seus produtos (resíduo cinza) e os devolve à cadeia de produção de blocos para pavimentação;
- Pedrasil – Fornecedor de areia ensacada que retira as embalagens plásticas e as retorna ao fabricante para reciclagem e fabricação de novas embalagens;
- Multiplus – Recicladora de gesso – todo o resíduo oriundo da atividade de montagem de forros, paredes e revestimentos em gesso é destinado a essa empresa para beneficiamento e reciclagem – o produto gerado desse processo volta a abastecer a própria indústria do gesso bem como as cimenteiras, fornecedores diretos da construção civil.

No aspecto social, além de todos os benefícios já gerados pelas ações acima destacadas também ressaltamos o intenso trabalho de nossa Área de Saúde e Segurança do Trabalho que, em conjunto com importantes Órgãos Setoriais de nosso mercado, desenvolve e implementa ações de capacitação e valorização do trabalhador cujo resultado vai além dos tapumes de nossos canteiros de obras. Além disso fomentamos a participação das áreas vizinhas às nossas obras em nossos programas de saúde, segurança inclusive em temas de âmbito nacional, ilustrado por nossa campanha de combate ao mosquito da dengue.

Todas as atividades aqui descritas estão inseridas no contexto de nosso Sistema de Gestão da Qualidade o qual periodicamente é auditado por Órgão Certificador Acreditado. O mesmo se aplica ao compliance do grupo no que tange aos aspectos de atendimento à legislação fiscal e financeira.

A inserção dos conceitos de sustentabilidade no planejamento estratégico da empresa é um caminho sem volta; estamos pavimentando a via que nos levará ao pleno entendimento do assunto para, a partir daí, podermos cuidar para que a prática reflita de forma direta e intuitiva toda a teoria já apresentada aos colaboradores. Essa pavimentação passa também pelo contínuo desenvolvimento de ações que num primeiro momento serão tomadas como pontuais mas que na realidade estão inseridas em um grande projeto: A soma das partes sempre será responsável pelo todo.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável dado que a Companhia não realizou aquisições nem alienação de qualquer ativo que não se enquadre como operação normal.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos seus negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia possui o seguinte contrato relevante celebrado durante o 1º trimestre de 2017, por suas Controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais;

Contrato de mútuo a receber com a coligada Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., no montante de R\$9.187 que está sujeito à atualização do CDI + 4% ao mês com vencimento em 30 de junho de 2017. O mesmo foi quitado dentro do vencimento.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial;

Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização;

Descrição	Localização	% Taxa de Depreciação / ano	Controladora			Consolidado		
			2017	2016	2015	2017	2016	2015
Veículos	Sede	20	95,00	95,00	95,00	95,00	95,00	95,00
Equipamentos e Instalações de Escritório	Sede	10	132,00	132,00	132,00	148,00	148,00	148,00
Total			227,00	227,00	227,00	243,00	243,00	243,00
(-) Depreciação Acumulada			(220,00)	(202,00)	(203,00)	(232,00)	(224,00)	(202,00)
Total Líquido			7,00	25,00	24,00	11,00	19,00	41,00

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

Descrição	Localização	Controladora e Consolidado		
		2017	2016	2015
Softwares (taxa amortização 20% ao ano)	Sede	131	131	131
Marcas e Patentes	Sede	42	42	42
Total		173	173	173
(-) Amortização		-120	-115	-104
Intangível Líquido		53	58	69

i. duração

O prazo de vigência nas marcas e patentes da Companhia é o prazo legal de 10 anos para as marcas, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, e de 20 anos para as patentes, nos termos da Lei 9.279/96.

ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o Emissor

Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pelo emissor.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar::****i. denominação social****CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA**

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Lindenberg São Paulo Incorporadora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Adolpho Lindenberg Construtora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,00%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Toliara Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Amadora Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Lion Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 40,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Acireale Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Leal Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Pisa Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Valência Incorporação LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

INK Pinheiros Empreendimentos e Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

ii. sede

Sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

iii. atividades desenvolvidas

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

iv. participação do emissor

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Lindenberg São Paulo Incorporadora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Adolpho Lindenberg Construtora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,00%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Toliara Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Amadora Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Lion Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 40,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Acireale Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Leal Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**Pisa Incorporação SPE LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Valência Incorporação LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

INK Pinheiros Empreendimentos e Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

v. se a sociedade é controlada ou coligada**Controladas****CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA**

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Lindenberg São Paulo Incorporadora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Adolpho Lindenberg Construtora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,00%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento ou concluídas, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pelo OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não deter o controle.

***Toliara Incorporação SPE LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

***Amadora Incorporação SPE LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

***Lion Incorporação SPE LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 40,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

***Acireale Incorporação SPE LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros***Leal Participações LTDA**

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Pisa Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Valência Incorporação LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

INK Pinheiros Empreendimentos e Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

vi. se possui registro na CVM

Nenhuma das Controladas possuem registro na CVM, apenas a Controladora.

vii. valor contábil da participação

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**Em 31 de dezembro de 2017**

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido (negativo)	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	5.180	129	4.772	6.437	(5.900)	(3.074)	100,00	(5.901)	(3.074)
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	4.472	32.759	20	4.556	32.655	12.604	100,00	32.655	12.604
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	440	1.315	24	141	1.590	226	100,00	1.591	226
								<u>28.345</u>	<u>9.756</u>
Investimentos em controladas								<u>34.246</u>	
Provisão para perdas com controladas								<u>(5.901)</u>	

Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporações SPE Ltda. (*)	457	-	227	96	134	(2.019)	30,00%	40	(605)
Amadora Incorporação Ltda. (*)	19.226	-	12.793	4.557	1.876	253	10,00%	188	25
Lion Incorporação SPE Ltda. (*)	43.714	29.337	3.296	1.643	68.112	23.211	40,00%	27.244	9.285
Acireale Incorporação SPE Ltda. (*)	9.073	-	1.313	6.070	1.690	(30)	10,00%	169	(3)
Leal Participações Ltda. (*)	181	25.666	607	22.602	2.638	(35)	50,00%	1.319	(17)
Pisa Incorporação SPE Ltda. (*)	771	25.692	678	-	25.785	(184)	10,00%	2.579	(18)
Valência Incorporação Ltda. (*)	63.831	-	9.004	54.217	610	60	50,00%	305	30
								<u>31.844</u>	<u>8.697</u>

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário concluídos, em andamento ou a iniciar, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pela orientação técnica OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não deter o controle.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**Em 31 de dezembro de 2015**

		Controladora								
		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
<u>Investidas</u>										
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.		15.958	3.252	9.865	9.331	14	1.691	100	14	1.691
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.		3.262	14.135	32	14	17.351	4.312	100	17.351	4.312
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.		9.839	1.219	256	52	10.750	7.485	100	<u>10.750</u>	<u>7.485</u>
									<u>28.115</u>	<u>13.488</u>
		Consolidado								
		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
<u>Investidas</u>										
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)		39.977	12.643	13.664	-	38.956	5.855	30	11.687	1.757
Amadora Incorporação Ltda. (*)		22.435	20.673	5.208	16.170	21.730	2.864	10	<u>2.173</u>	<u>286</u>
									<u>13.860</u>	<u>2.043</u>

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pelo OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não deter o controle.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

- viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários**

Não aplicável ao emissor

- ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil**

Não aplicável ao emissor

- x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados**

Não aplicável ao emissor

- xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais**

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Dividendos recebidos	7.750	14.700	6.281	5.652	14.919	450

- xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Não aplicável ao emissor

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marcas e Patentes	10	Não há eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.
Licenças	Licenças de uso de Software	10	Não existem eventos que possam causar a perda dos direitos.	Eventuais indeferimentos de licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	-218,000000	0,000000	444,00	Valor contábil	31/12/2017	1.590,00		
31/12/2016	-8942,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	1204,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	-2774,000000	0,000000	2.724,00	Valor contábil	31/12/2017	-5.900,00		
31/12/2016	-3140,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	6351,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	6382,000000	0,000000	4.582,00	Valor contábil	31/12/2017	32.655,00		
31/12/2016	8922,000000	0,000000	14.919,00					
31/12/2015	4673,000000	0,000000	450,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.;

- 30% na SPE Toliara Incorporação SPE Ltda,
- 10% na SPE Amadora Incorporação SPE Ltda.
- 40% na SPE Lion Incorporação SPE Ltda.
- 10% na SPE Acireale Incorporação SPE Ltda.
- 20% na Leal Participações Ltda.
- 10% na Pisa Incorporação SPE Ltda.
- 50% Valência Incorporação Ltda.
- 20% INK Pinheiros Empreendimentos e Participações Ltda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Ao final do exercício social de 2017, a Companhia possuía R\$4,3 milhões em caixa e equivalentes, uma redução de 56% quando comparado aos R\$6,7 milhões de 2016 que, por sua vez, representaram uma redução de 170% quando comparado aos R\$18,1 milhões de 2016. Desta forma, a Diretoria considera o montante em caixa suficiente para atender o financiamento de suas atividades e recobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentaram resultados operacionais e financeiros resultantes da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciado em 2008. Apesar do ano de 2017 e de 2016 terem demonstrado ser extremamente desafiador devido ao difícil cenário macroeconômico resultante principalmente da incerteza no cenário político e econômico, a Companhia conseguiu superar apresentando patamares saudáveis de rentabilidade.

Ao final do exercício social de 2017, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$12,1 milhões, uma redução de 55% quando comparado aos R\$27,1 milhões do exercício social de 2016 que, por sua vez, foi 40,3% menor que a receita líquida do exercício de 2015, no montante de R\$45 milhões.

A redução na receita líquida da Companhia desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 decorreu, principalmente devido ao difícil cenário macroeconômico resultante principalmente da incerteza no cenário político e econômico.

A Diretoria da Companhia acredita que, mesmo com todas as dificuldades do mercado imobiliário, conseguimos encerrar o exercício social de 2017 com um excelente resultado refletido pelo lucro bruto de R\$2 milhões, uma redução de 81,5% quando comparado aos R\$10,7 milhões do mesmo período em 2016, com uma margem bruta de 16,4%, e com o lucro bruto de R\$22,2 milhões do mesmo período em 2015, representando a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015 apresentaram o foco na consistência operacional, com consistência das margens e rentabilidade para um menor volume da operação. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido bastante confortável para a operação futura, principalmente diante de um cenário mais desafiador.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante 2017, foram entregues 4 empreendimentos (3 residenciais e 1 multi-uso), totalizando 4 torres, 624 unidades e 89,6 mil m² de área, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

Durante o ano de 2016, foram entregues 3 empreendimentos/fases (2 residenciais e 1 comercial), compostos por 6 torres, 1.436 unidades e 152,0 mil m² de área. Nesse mesmo período iniciou-se a obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, composta por 1 torre com 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

No exercício de 2015 foram entregues 5 empreendimentos compostos por 9 torres, 928 unidades e 180,5 mil m² construídos. No mesmo período, iniciamos a construção da obra residencial Lindenberg Jundiaí de alto padrão, localizada no interior de São Paulo, formada por 1 torre, 44 unidades e 20,2 mil m².

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2016 obtivemos um bom resultado operacional com um volume de obras de 103,4 mil m² distribuídas em 5 obras e compostas por 5 torres, sendo 4 obras residenciais e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 648 unidades em construção, todas localizadas no Estado de São Paulo, uma redução de 66,9% quando comparado com os 312 mil m² do exercício de 2015.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2015	%	31/12/2016	%	31/12/2017	%
Capital de Terceiros	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ¹	R\$26,9	100%	R\$22,3	100%	R\$24,2	100%
Total	R\$26,9	100%	R\$22,3	100%	R\$24,2	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$3,8 milhões, com uma margem EBITDA de 31,6%, uma redução de 68,5% em relação aos R\$12,1 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12,1 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, uma redução de 22,4% em relação aos R\$15,6 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O resultado do EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15,6 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, um aumento de 64,3% em relação aos R\$9,5 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2015	2016	2017
Empréstimos e financiamentos	R\$0,0	R\$0,0	R\$0,0
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,3	R\$0,3	R\$0,3
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$7,8	R\$3,4	R\$1,6
Provisão para garantia de obras	R\$10,5	R\$10,3	R\$7,7
Dividendos a pagar	R\$1,9	R\$1,0	R\$1,1
Obrigações tributárias parceladas	R\$3,9	R\$3,1	R\$2,5

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possuía contratos de empréstimos e financeiros nos últimos 03 exercícios;

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2017	2016	Var. %
Ativo	47.627	46.246	3,0%
Circulante	11.539	19.124	-39,7%
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	6.733	-36,2%
Contas a receber de clientes	7.047	11.210	-37,1%
Impostos a recuperar	153	1.146	-86,6%
Demais ativos circulantes	40	35	14,3%
Não Circulante	36.088	27.122	33,1%
Contas a receber de clientes	1.303	1.500	-13,1%
Depósitos judiciais	856	739	15,8%
Imovéis a comercializar	511	678	-24,6%
Contas a receber de partes relacionadas	750	3.354	-77,6%
Impostos a recuperar	757	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	4	-	0,0%
Investimentos	31.844	20.775	53,3%
Imobilizado	11	18	-38,9%
Intangível	52	58	-10,3%
Passivo e Patrimônio Líquido	47.627	46.246	3,0%
Circulante	7.297	8.294	-12,0%
Fornecedores	356	290	22,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.638	3.442	-52,4%
Obrigações tributárias parceladas	814	760	7,1%
Dividendos a pagar	1.116	1.020	9,4%
Provisão para garantia de obras	2.873	2.782	3,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	500	-	0,0%
Não Circulante	16.112	15.606	3,2%
Obrigações tributárias parceladas	1.726	2.389	-27,8%
Provisão para garantia de obras	4.825	7.256	-33,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.478	5.868	61,5%
Demais passivos não circulantes	83	93	-10,8%
Patrimônio Líquido	24.218	22.346	8,4%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	(1.639)	(7.730)	-78,8%
Reserva de lucros	9.857	14.076	-30,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$47,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$46,2 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$11 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber com partes relacionadas que totalizou R\$2,6 milhões.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$23,9 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$1,8 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias; (ii) redução de R\$2,4 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 de R\$22,3 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Líquida	974	6.435	-84,9%	12.093	27.147	-55,5%
Custos dos Serviços Prestados	(1.274)	(3.065)	-58,4%	(10.113)	(16.455)	-38,5%
Lucro Bruto	(300)	3.369	-108,9%	1.980	10.692	-81,5%
Margem Bruta (%)	-30,8%	52,4%	-83,2 pp	16,4%	39,4%	-23,0 pp
(Despesas) Receitas	2.463	2.431	1,3%	1.840	1.421	29,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(4.654)	(737)	531,5%	(11.175)	(10.627)	5,2%
Equivalência patrimonial	3.350	1.132	195,9%	8.697	7.239	20,1%
Outras receitas operacionais líquidas	3.767	2.036	85,0%	4.318	4.809	-10,2%
EBITDA	2.163	5.800	-62,7%	3.820	12.113	-68,5%
Margem EBITDA (%)	222,1%	90,1%	131,9 pp	31,6%	44,6%	-13,0 pp
Resultado Financeiro	117	91	28,6%	887	1.067	-16,9%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.280	5.891	-61,3%	4.707	13.180	-64,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(8.165)	-100,0%	(102)	(8.974)	-98,9%
Resultado Líquido do Exercício	2.278	(2.274)	-200,2%	4.605	4.206	9,5%
Margem Líquida (%)	233,9%	-35,3%	269,2 pp	38,1%	15,5%	22,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$12,1 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$27,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento Trio by Lindenberg de alto padrão, tipo multi-uso, composto de 252 unidades e 27,1 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo;
- (ii) Empreendimento residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de uma torre e 130 unidades, totalizando 19,5 mil m² de área construída na Capital de São Paulo;
- (iii) Empreendimento Maralta by Lindenberg de médio-alto padrão, tipo residencial, composto de 198 unidades e 22,7 mil m² de área construída e única torre, localizado no Litoral de São Paulo e;
- (iv) Empreendimento Lindenberg Jundiá de alto padrão, tipo residencial, composto de 44 unidades e 20,2 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$10,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 38,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$2 milhões, uma redução de 16,4% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$10,7 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido totalizou R\$4,6 milhões, um aumento de 9,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$4,2 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M16	12M15	Var. %
Ativo	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	19.124	30.988	-38,3%
Caixa e equivalentes de caixa	6.733	18.120	-62,8%
Contas a receber de clientes	11.210	11.546	-2,9%
Impostos a recuperar	1.146	1.298	-11,7%
Demais ativos circulantes	35	24	45,8%
Não Circulante	27.122	24.052	12,8%
Contas a receber de clientes	1.500	2.007	-25,3%
Impostos diferidos	-	6.657	-100,0%
Depósitos judiciais	739	617	19,8%
Imovéis a comercializar	678	813	-16,6%
Contas a receber de partes relacionadas	3.354	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	-	4	-100,0%
Investimentos	20.775	13.860	49,9%
Imobilizado	18	26	-30,8%
Intangível	58	68	-14,7%
Passivo e Patrimônio Líquido	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	8.294	14.461	-42,6%
Fornecedores	290	266	9,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.442	7.770	-55,7%
Obrigações tributárias parceladas	760	703	8,1%
Dividendos a pagar	1.020	3.476	-70,7%
Provisão para garantia de obras	2.782	2.243	24,0%
Demais passivos circulantes	-	3	n/a
Não Circulante	15.606	13.710	13,8%
Obrigações tributárias parceladas	2.389	3.249	-26,5%
Provisão para garantia de obras	7.256	8.236	-11,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.868	1.937	202,9%
Demais passivos não circulantes	93	288	-67,7%
Patrimônio Líquido	22.346	26.869	-16,8%
Capital social	16.000	12.000	33,3%
Reserva de lucros	14.076	14.869	-5,3%
Reserva especial	(7.730)	-	0,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 16,0% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$55,0 milhões. Tal variação deve-se principalmente a redução de R\$11,3 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e redução na conta de Impostos diferidos que totalizou R\$6,5 milhões em contrapartida a um aumento de R\$6,9 milhões na conta de Investimentos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 42,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$28,1 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$4,3 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$22,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, em relação a 31 de dezembro de 2015, que era de R\$26,9 milhões. Tal redução ocorreu principalmente devido a constituição da reserva especial que totalizou R\$7,7 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**

Demonstrações de Resultados Consolidado			
Períodos encerrados em 31.dezembro	12M16	12M15	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Bruta	31.345	50.832	-38,3%
Receita de prestação de serviços	28.655	45.715	-37,3%
Receita de assistência técnica	2.410	5.061	-52,4%
Receita da venda de unidades imobiliárias	280	56	400,0%
Deduções da Receita Bruta	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Impostos incidentes sobre a receita	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Receita Operacional Líquida	27.147	45.507	-40,3%
Custos dos Serviços Prestados	(16.455)	(23.327)	-29,5%
Custos de prestação de serviços	(14.590)	(19.971)	-26,9%
Custos de assistência técnica	(1.633)	(3.300)	-50,5%
Custos da venda de unidades imobiliárias	(232)	(56)	314,3%
Lucro Bruto	10.692	22.180	-51,8%
Margem Bruta (%)	39,4%	48,7%	-9,4 pp
(Despesas) Receitas	1.421	(6.570)	-121,6%
Administrativas, comerciais e gerais	(10.627)	(11.003)	-3,4%
Equivalência patrimonial	7.239	2.043	254,3%
Outras receitas operacionais líquidas	4.809	2.390	101,2%
EBITDA	12.113	15.610	-22,4%
Margem EBITDA (%)	44,6%	34,3%	10,3 pp
Resultado Financeiro	1.067	1.509	-29,3%
Despesas Financeiras	(432)	(462)	-6,5%
Receitas Financeiras	1.499	1.971	-23,9%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.180	17.119	-23,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.974)	(2.533)	254,3%
Correntes	(2.311)	(1.765)	30,9%
Diferidos	(6.663)	(768)	767,6%
Lucro Líquido do Período	4.206	14.586	-71,2%
Margem Líquida (%)	15,5%	32,1%	-16,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, atingiu R\$27,1 milhões, uma redução de 40,3% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$45,5 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos;

Empreendimento Residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de 88 unidades e 15,5 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Empreendimento Comercial Jardins do Brasil, fase Centro Empresarial de padrão médio alto, composto de duas torres e 850 unidades, totalizando 66,0 mil m² de área construída e a fase residencial Mantiqueira de padrão médio alto, composto de três torres e 498 unidades, totalizando 70,5 mil m² de área construída, ambos na Região Metropolitana de São Paulo.

Durante o exercício de 2016 iniciou a construção da obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizada na Capital de São Paulo, formado por uma torre, 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$23,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 29,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$10,7 milhões, uma redução de 51,8% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$22,2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido totalizou R\$4,2 milhões, uma redução de 71,2% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$14,6 milhões. Tal redução deve-se a redução do volume de obras em execução e entregues e ainda a reversão do imposto de renda diferido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Ativo	55.040	44.050	24,9%
Circulante	30.988	20.710	49,6%
Caixa e equivalentes de caixa	18.120	13.239	36,9%
Contas a receber de clientes	11.546	5.653	104,2%
Impostos a recuperar	1.298	1.801	-27,9%
Demais ativos circulantes	24	17	41,2%
Não Circulante	24.052	23.340	3,1%
Contas a receber de clientes	2.007	2.615	-23,3%
Impostos diferidos	6.657	7.437	-10,5%
Depósitos judiciais	617	234	163,7%
Imovéis a comercializar	813	841	-3,3%
Demais ativos não circulantes	4	141	-97,2%
Investimentos	13.860	11.986	15,6%
Imobilizado	26	25	4,0%
Intangível	68	61	11,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	55.040	44.050	24,9%
Circulante	14.461	12.892	12,2%
Fornecedores	266	165	61,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.770	8.573	-9,4%
Obrigações tributárias parceladas	703	642	9,5%
Dividendos a pagar	3.476	1.989	74,8%
Provisão para garantia de obras	2.243	1.523	47,3%
Demais passivos circulantes	3	-	0,0%
Não Circulante	13.710	15.411	-11,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.249	3.663	-11,3%
Provisão para garantia de obras	8.236	7.134	15,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.937	4.288	-54,8%
Demais passivos não circulantes	288	326	-11,7%
Patrimônio Líquido	26.869	15.747	70,6%
Capital social	12.000	8.000	50,0%
Reserva de lucros	14.869	8.398	77,1%
Reserva especial	-	(651)	-100,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 24,9% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$44,0 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$5,9 milhões na posição de contas a receber de clientes e do aumento de R\$ 4,8 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$24,3 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,3 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em relação a 31 de dezembro de 2014, que era de R\$15,7 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Receita Operacional Bruta	50.832	50.451	0,8%
Receita de Prestação de Serviços	45.715	45.901	-0,4%
Receita de Assistência Técnica	5.061	4.550	11,2%
Receita de Venda de Imóveis	56	-	0,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Receita Operacional Líquida	45.507	45.025	1,1%
Custos dos Serviços Prestados	(23.327)	(23.663)	-1,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.971)	(20.584)	-3,0%
Custos de Assistência Técnica	(3.300)	(3.079)	7,2%
Custos de Venda de Imóveis	(56)	-	0,0%
Lucro Bruto	22.180	21.362	3,8%
Margem Bruta (%)	48,7%	47,4%	1,3 pp
(Despesas) Receitas	(6.570)	(11.871)	-44,7%
Administrativas, comerciais e gerais	(11.003)	(13.393)	-17,8%
Equivalência patrimonial	2.043	1.386	47,4%
Outras receitas operacionais líquidas	2.390	136	1657,4%
EBITDA	15.610	9.491	64,5%
Margem EBITDA (%)	34,3%	21,1%	13,2 pp
Resultado Financeiro	1.509	264	471,6%
Despesas Financeiras	(462)	(629)	-26,6%
Receitas Financeiras	1.971	893	120,7%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.119	9.755	75,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.533)	(1.414)	79,1%
Correntes	(1.765)	(2.163)	-18,4%
Diferidos	(768)	749	-202,5%
Lucro Líquido do Período	14.586	8.341	74,9%
Margem Líquida (%)	32,1%	18,5%	13,5 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, atingiu R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$45,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 1,4% em razão do volume de obras em execução e entregues, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$22,2 milhões, um crescimento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$21,3 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia em 2015 foi de 48,7% e 1,3 p.p. acima quando comparada com a margem bruta de 2014 que foi de 47,4%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido totalizou R\$14,6 milhões, um aumento de 74,9% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$8,3 milhões. Tal aumento deve a manutenção do volume operacional da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2015	2016	2017
Receitas de serviços	R\$45.715	R\$28.655	R\$17.723
Receitas de assistência técnica	R\$5.061	R\$2.410	R\$915
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$56	R\$280	R\$373
Impostos sobre receita	(R\$5.325)	(R\$4.198)	(R\$1.918)
Total	R\$45.507	R\$27.147	R\$12.093

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2017, 2016 e 2015 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2017

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	9,93%	7,45%	4,97%
Posição contábil em 31/12/2017- R\$4.242		421	316	211

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2016

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Posição contábil em 31/12/2016 - R\$ 6.408		897	673	449

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2015

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado as taxas de juros que variam entre 75% a 101% do CDI, conforme divulgado nas notas explicativas da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4 milhões.

Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 pelo montante de R\$10.781, gerando uma perda de R\$4.234, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 pelo montante de R\$11.950 liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 pelo montante de R\$113, gerando uma perda de R\$11, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em março de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Leal Participações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 297 pelo montante de R\$558, gerando uma perda de R\$261, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em junho de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 2.957 pelo montante de R\$4.335, gerando uma perda de R\$1.378, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Leal Participações Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 795. Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. vendeu para a empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 2.012.

Em dezembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 50% da participação societária da Valência Incorporação Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 299.

c) Eventos ou operações não usuais

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitted em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento.

A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000 em 4 parcelas anuais corrigidas pelo INCC no valor de R\$500, sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis*

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes IFRSs foram publicadas, porém não possuem aplicação obrigatória:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 (CPC 46) – Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Cliente	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece atualmente a receita referente aos contratos com clientes, utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion Method), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, informando que a OCPC 04 (R1), refletindo as disposições contidas na CPC 47, ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre o reconhecimento da receita, para determinados contratos, serem durante a construção e não em um momento específico quando ocorre a entrega da unidade habitacional. Assim, o referido Ofício orienta que enquanto o processo de discussão da OCPC 04 (R1) não for concluído, a OCPC 04 ora vigente continua a ser adotada, aplicando-se os ajustes que se fizerem necessários em função da vigência da CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aguarda a solução do tema sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes, se aplicável.

Em relação ao IFRS 9, a administração não identificou efeitos relevantes decorrente de sua adoção.

A Administração ainda não avaliou os efeitos da adoção desses da IFRS 16 nas demonstrações financeiras, mas não espera efeitos relevantes.

Em 2016, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

Em 2015, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados	Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013	Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis
Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2017, houve uma ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") aplicáveis às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essa orientação técnica trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito com mais detalhes na nota explicativa nº 3.9. às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Em 31 de dezembro de 2016, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 a) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

Em 31 de dezembro de 2015, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial;

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2015	2016	2017
Receitas de serviços	R\$45.715	R\$28.655	R\$12.724
Receitas de assistência técnica	R\$5.061	R\$2.410	R\$914
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$56	R\$280	R\$373
Impostos sobre receita	(R\$5.325)	(R\$4.198)	(R\$1.918)
Total	R\$45.507	R\$27.147	R\$12.093

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e de 2017, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2015, 2016 e 2017 decorrem do da variação no volume das operações da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor quando relevante.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2017

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

		Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	Risco	9,93%	7,45%	4,97%
Posição contábil em 31/12/2017- R\$4.242	CDI	421	316	211

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2016

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Posição contábil em 31/12/2016 - R\$6.408		897	673	449

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2015

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado as taxas de juros que variam entre 75% a 101% do CDI, conforme divulgado nas notas explicativas da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000 milhões.

Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 milhões pelo montante de R\$10.781 milhões, gerando uma perda de R\$4.234 milhões, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 milhões pelo montante de R\$11.950 milhões liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485 milhões, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 mil pelo montante de R\$113 mil, gerando uma perda de R\$11 mil, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em março de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Leal Participações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 297 mil pelo montante de R\$558 mil, gerando uma perda de R\$261 mil, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em junho de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 2.957 pelo montante de R\$4.335, gerando uma perda de R\$1.378, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Leal Participações Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 795.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. vendeu para a empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 2.012.

Em dezembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 50% da participação societária da Valência Incorporação Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 299.

Em abril de 2018, a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 50% de participação na sociedade Trevi Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., mediante o pagamento de R\$5.

c) Eventos ou operações não usuais

Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, não aceitamos o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. Julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 08 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 mil em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento.

A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000 em 4 parcelas anuais sem correção no valor de R\$500, sendo a primeira parcela com vencimento 15 dias após a homologação judicial do acordo que ocorreu em abril de 2018.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis*

Em 2017, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo:

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes IFRSs foram publicadas, porém não possuem aplicação obrigatória:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 (CPC 46) – Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Cliente	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Em 2016, o CPC emitiu

o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece atualmente a receita referente aos contratos com clientes, utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion Method), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, informando que a OCPC 04 (R1), refletindo as disposições contidas na CPC 47, ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre o reconhecimento da receita, para determinados contratos, serem durante a construção e não em um momento específico quando ocorre a entrega da unidade habitacional. Assim, o referido Ofício orienta que enquanto o processo de discussão da OCPC 04 (R1) não for concluído, a OCPC 04 ora vigente continua a ser adotada, aplicando-se os ajustes que se fizerem necessários em função da vigência da CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia aguarda a solução do tema sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes, se aplicável.

Em relação ao IFRS 9, a administração não identificou efeitos relevantes decorrente de sua adoção.

A Administração ainda não avaliou os efeitos da adoção desses da IFRS 16 nas demonstrações financeiras, mas não espera efeitos relevantes.

Em 2016, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRS novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) E
m vigor

para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

Em 2015, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados	Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013	Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016,

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
	aceitáveis	com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis **Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado**

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece atualmente a receita referente aos contratos de construção utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion method), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

Devido a estas mudanças, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras está sendo revisada pelo CPC, no que diz respeito ao critério de reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária até então apropriados durante o andamento da obra (método da porcentagem de conclusão - POC). Diante dos fatos descritos acima, existem incertezas sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes, se aplicável. A Companhia aguardará a conclusão das discussões relacionadas ao IFRS 15.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2017, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, que esta reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Ênfase

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") aplicáveis às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essa orientação técnica trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito com mais detalhes na nota explicativa nº 3.9. às demonstrações financeiras, descrita abaixo. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2016, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação técnica trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito com mais detalhes na **nota explicativa nº 3.9.** às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporações SPE Ltda., Amadora Incorporação Ltda., Lion Incorporação SPE Ltda. e Acireale Incorporação SPE Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos pronunciamentos, pelas orientações e pelas interpretações técnicas do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelo pronunciamento técnico CPC 30 (R1) – Receitas e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela orientação técnica OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, pela interpretação técnica ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas.

Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na **nota explicativa nº 8.a)** às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta com partes relacionadas	31.065	50.752
Receita bruta com terceiros	280	80
	<u>31.345</u>	<u>50.832</u>
Representatividade com pessoas ligadas	99,11%	99,84%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 8% a 9% do custo das obras.

Em 31 de dezembro de 2015, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentários dos Diretores da Companhia:

A Administração da Companhia entende que adota todas as normas e instruções emitidas pelo CPC e revisa periodicamente as novas instruções emitidas.

Relativamente ao montante de receitas provenientes de serviços prestados a partes relacionadas, constante da ênfase do exercício de 2016, 2015 a Administração da Companhia entende que o volume de obras em andamento entre partes relacionadas está adequado para a manutenção do volume de operação da Companhia. Por outro lado, administra constantemente oportunidades de negócios com terceiros. Além disso, todos os contratos são firmados tendo como base valores de mercado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando::

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea “a” do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 As projeções devem identificar;

- a. Objeto da projeção**

- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**

- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Item não aplicável ao emissor.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável ao emissor.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio.

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza mediante o Conselho de Administração e Diretoria:

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontre o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judicium" serão conferidos com prazo indeterminado.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

Não há previsão expressa de criação de comitês, não obstante, o Estatuto Social da Companhia prevê em seu artigo 8º, a atribuição do Conselho de Administração em "c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições;".

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

A Companhia realiza a avaliação individual dos seus colaboradores baseada na atuação em iniciativa, proatividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e comprometimento com metas e prazos. Não há mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Conforme consta em Estatuto Social, compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos do cargo.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. Até a assembleia geral ordinária realizada em 17 de março de 2013, a Companhia utilizava o jornal Empresas & Negócios, porém optaram os acionistas em assembleia pela troca do jornal eletivo para as publicações legais passando a utilizar o Jornal Diário Comercial (com maior visibilidade e menor custo).

A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b. Competências

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- c) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) Reformar o Estatuto Social;
- e) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- f) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- h) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- j) Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- k) Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- m) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- n) Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembléia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 – Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo, SP

Eletrônico:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] <http://www.grupoldi.com.br/relacao>

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia não adota mecanismo específico para administrar eventuais conflitos de interesses nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A Companhia não adota procedimento específico para a outorga de procurações dos membros do conselho de administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia adota as formalidades constantes na legislação brasileira para a aceitação de procuração, outrossim, não aceita procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e paginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não realiza a transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das Assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não possuímos mecanismos pré-estabelecidos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas, entretanto, com as inovações sugeridas pela CVM por meio da Instrução 561 que estabelece a criação do boletim de voto a distância e a sua regulamentação da forma de entrega, trouxe a possibilidade dos acionistas incluírem propostas e candidatos no boletim de voto a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu 2 (duas) vezes durante o exercício social de 2017:

Data	Objeto	Matéria
17/02/2017	Aprovação de Contas e convocação da Assembleia Geral	Ordinária
22/03/2017	Fixação da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores da Sociedade.	Ordinária

- b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável

- c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontra o voto do Presidente nos termos do Estatuto Social.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

Não se aplica.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	10/02/1975	Pertence apenas à Diretoria	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	8
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores	22/03/2016	Sim	0.00%
DIRETOR TÉCNICO		DIRETOR TÉCNICO			
ADOLPHO LINDENBERG	03/06/1924	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	40
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/03/2016	Sim	100.00%
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA	10/12/1929	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	12
291.172.838-68	ADVOGADO	29 - Outros Conselheiros	22/03/2016	Sim	100.00%
		CONSELHEIRO			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	02/08/1955	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	26
004.219.258-76	ENGENHEIRO	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	22/03/2016	Sim	100.00%
DIRETOR PRESIDENTE, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES.					
TAMBÉM OCUPA O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Formado em 1997 em Engenharia Civil pela escola politécnica da Universidade Federal da Bahia. Durante a sua vida profissional atendeu vários cursos na área imobiliária, inclusive MBA em gestão imobiliária pela FAAP/SP. Atua há mais de 20 anos em empresas incorporadoras/construtoras, exercendo os cargos de Gerente de Obras, Gerente Geral de Obras, Gerente Técnico e Diretor de Operações.

Eu, Sérgio Garrido Cincurá, engenheiro civil, brasileiro, casado, titular da cédula de identidade RG nº 04.701.198-02, inscrito no CPF/MF sob o número 757.342.495-72, com domicílio comercial na sede da Companhia, eleito para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro. Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg que na década seguinte, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos.

Eu, Adolpho Lindenberg, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA - 291.172.838-68

Arnaldo Xavier da Silveira, filho de Martim Affonso Xavier da Silveira e Dulce Vidigal Xavier da Silveira, nascido em 10/12/29, formado pela PUC – SP em 1956, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 9708, advogado interno da Construtora Adolpho Lindenberg S/A durante o período de 1979 a 1997.

Eu, Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

Adolpho Lindenberg Filho, formado em Engenharia Civil pela Universidade Makenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da empresa até tornar-se sócio diretor em 1985.

Eu, Adolpho Lindenberg Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 4.289.745-2 SSP/SP, CPF/MF 004.219.258-76, com escritório nesta Capital, na sede da empresa, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Conselheiro	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Presidente do Conselho de Administração	07.071.841/0001-39		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Diretor Presidente	07.071.841/0001-39		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Administrador	06.138.869/0001-83		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Administrador	06.152.137/0001-48		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A Presidente do Conselho de Administração	07.071.841/0001-39		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A Diretor Presidente	07.071.841/0001-39		

Observação**Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG
Presidente do Conselho de Administração da Companhia

002.442.108-10

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A
Presidente do Conselho de Administração

07.071.841/0001-39

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA
Administrador

06.138.869/0001-83

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.

06.152.137/0001-48

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. 60.665.379/0001-80

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A 07.071.841/0001-39

Diretor Presidente

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG 002.442.108-10 Subordinação Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A 07.071.841/0001-39

Presidente do Conselho de Administração

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlador Direto
 Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A 07.071.841/0001-39
 Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlada Direta
 Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA 06.138.869/0001-83
 Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlada Direta
 Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. 06.152.137/0001-48
 Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de seguro de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos da categoria da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atreladas a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, a longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	92.021,00	464.778,00		556.799,00
Benefícios direto e indireto	66.159,00	44.228,00		110.387,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	14.986,00	118.926,00		133.912,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	173.166,00	627.932,00		801.098,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	84.563,00	452.453,00		537.016,00
Benefícios direto e indireto	57.729,00	44.975,00		102.704,00

Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	14.015,00	133.657,00		147.672,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	109.115,00		109.115,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	156.307,00	740.200,00		896.507,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.352,00	427.974,00		506.326,00
Benefícios direto e indireto	44.878,00	32.927,00		77.805,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.992,00	228.669,00		241.661,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	596.921,00		596.921,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00

Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	136.222,00	1.286.491,00		1.422.713,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

**13.3 - R
fiscal**

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	109.115	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000	0	2.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	596.921	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício**
- k. forma de liquidação**
- l. restrições à transferência das ações**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável à companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável à Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não aplicável à Companhia.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções exercidas informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de exercício**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- e. em relação às ações entregues informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de aquisição**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável à companhia.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não Aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

		31/12/2017			
		Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
Sociedade	Categoria	Administração	Estatutária	Fiscal	
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	43	0	0	43
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	0	2.190.006	0	2.190.006

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. nome do plano**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. condições para se aposentar antecipadamente**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável à Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	365.367,00	387.587,00	950.310,00	120.266,00	110.767,00	96.433,00
Valor da menor remuneração(Reais)	266.994,00	352.344,00	336.181,00	15.673,00	14.485,00	13.394,00
Valor médio da remuneração(Reais)	316.181,00	370.100,00	643.245,00	75.806,00	62.626,00	45.407,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Percentual	9,83%	9,27%	9,05%	100%	100%	100%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável à Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor
13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2017

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	96.184	N/A	96.184
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2015

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.060.941	N/A	1.060.941
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	2015	2016	2017
Diretor	2	2	2
Estagiário	0	0	0
CLT	0	0	0
Conselheiro	3	3	3
Total	5	5	5

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	2015	2016	2017
Diretor	2	2	2
Estagiário	17	12	1
CLT	121	91	61
Total	140	105	64

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

- b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia e suas subsidiárias tiveram no exercício de 2017 a média aproximada de 260 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

- c. Índice de rotatividade**

	2015	2016	2017
Total	23%	33%	40%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item **14.1** acima.

Não se aplica.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b. política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e convênio farmácia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo – SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores. Não ocorreram paralisações promovidas pelo Sindicato nos últimos 3 exercícios sociais em decorrência das relações entre o emissor e os trabalhadores alocados em suas obras. Não obstante, é comum, a paralisação generalizada do setor quando das negociações do dissídio coletivo.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem outras informações relevantes de Recursos Humanos.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jose Oswaldo Morales Junior						
066.016.438-82		Não	Não			
Não						
6.378	5,140000%	5.960	2,400000%	12.338	3,320000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Marcos Ribeiro Simon						
042.883.278-49		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	19.132	7,710000%	19.132	5,140000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A						
07.071.841/0001-39	Brasileira-SP	Não	Sim	01/04/2008		
Não						
116.996	94,320000%	202.862	81,770000%	319.858	85,960000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
666	0,540000%	20.125	8,120000%	20.791	5,580000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	124.040	100,000000%	248.079	100,000000%	372.119	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A				07.071.841/0001-39		
OUTROS						
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000	
TOTAL						
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	23/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	235
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	9
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

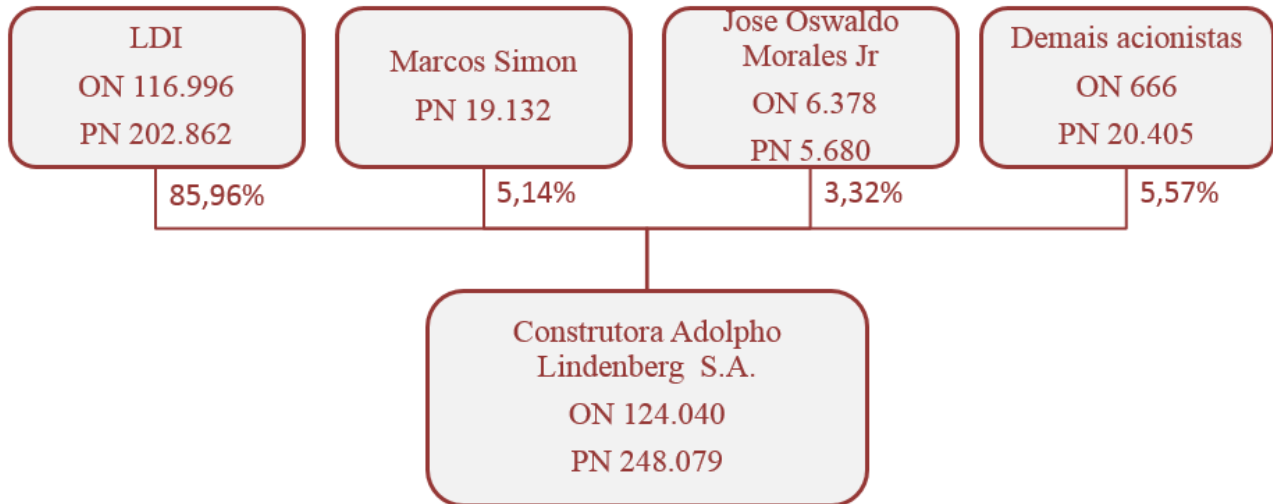
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	7.044	5,680000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	45.217	18,230000%
Total	52.261	14,040000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



b. principais controladas e coligadas do emissor



c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.;

Toliara Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Amadora Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Lion Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 40,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Acireale Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Leal Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Pisa Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

Valência Incorporação LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 50,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

INK Pinheiros Empreendimentos e Participações LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 20,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Item não aplicável

e. principais sociedades sob controle comum

Item não aplicável

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

b. data de celebração

c. prazo de vigência

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações para os últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

- a. evento
- b. principais condições do negócio
- c. sociedades envolvidas
- d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
- e. quadro societário antes e depois da operação
- f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável a Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada.

O emissor não possui uma política formal, outrossim, as operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são realizadas observando-se a lei, as normas contábeis e os preços e condições usuais de mercado, não gerando, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
LINDENCORP PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	31/03/2017	8.955.433,18	Saldo em 31.03.2018 R\$ 0,00	Saldo do Mutuo atualizado em 31.03.2017 R\$ 9.187.397,16. Montante Quitado em 2017.	06 meses	SIM	4,000000
Relação com o emissor	Partes relacionadas						
Objeto contrato	Contrato de mutúo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mutuo						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TOLIARA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	30/03/2014	3.820.461,15	Saldo em 31.03.2018 - R\$ 00,00	Custo Orçado de Obra - R\$ 37.818.645,76	Pela Vigência do Contrato	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Emissora através da Controlada Lindenberg São Paulo Ltda. em conjunto com a Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimenrto Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se a administração da construção e assistência técnica.						
Garantia e seguros	Não há dado que a obra foi concluída						
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretroatável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TREVISO INCORPORAÇÃO SPE LTDA	30/11/2014	4.620.929,75	Saldo em 31.03.2018 - R\$ 0,00	Custo Orçado da Obra - R\$ 46.571.480,64	Pela Vigência do Contrato	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se a administração da construção e assistência técnica.						
Garantia e seguros	Não há dado que a obra foi concluída						
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MADIERE INCORPORAÇÃO LTDA	30/05/2014	5.768.568,35	Saldo em 31.03.2018 - R\$ 0,00	Custo Orçado de Obra - R\$ 57.134.752,90	Pela Vigência do Contrato	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se a administração da construção e assistência técnica.						
Garantia e seguros	Não há dado que a obra foi concluída						
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AMADORA INCORPORACAO LTDA	28/02/2015	4.089.777,74	Saldo em 31.03.2018 - R\$ 0,00	Custo Orçado de Obra - R\$ 40.503.087,05	Pela Vigência do Contrato	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Emissora através da Controlada Lindenberg São Paulo Ltda. em conjunto com a Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se a administração da construção e assistência técnica.						
Garantia e seguros	Não há dado que a obra foi concluída						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
VENTA DEL MORO INCORPORAÇÃO SPE LTDA	30/04/2015	5.434.675,36	Saldo em 31.03.2018 - R\$ 0,00	Custo Orçado da Obra - R\$ 53.829.165,46	Pela Vigência do Contrato	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se a administração da construção e assistência técnica.						
Garantia e seguros	Não há dado que a obra foi concluída						
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
NABI ANDRADE CONSTRUTORA LTDA., NABI ANDRADE CONSTRUTORA LTDA.	22/01/2018	60.000,00	Saldo existente em 31.03.2018 é de R\$ 62.000,00	62.000,00	10 meses	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Prestador de Serviços						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada.						
Garantia e seguros	Imóvel dado em garantia.						
Rescisão ou extinção	O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, na forma da lei.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
LION INCORPORAÇÕES SPE LTDA	30/06/2016	3.456.540,09	Saldo em 31.03.2017 - R\$ 754.185,09	Custo Orçado da Obra R\$ 38.406.001,04	Pela vigencia do contrato de obra	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades investidas da Emissora através da Controlada Lindenberg São Paulo Ltda. em conjunto com a Lindencorp Participações Ltda., controlada pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., controladora da Emissora						
Objeto contrato	Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras.						
Garantia e seguros	Seguro Responsabilidade Civil e Engenharia - R\$ 45.022,85						
Rescisão ou extinção	Os contratos são firmados em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível a sua rescisão em casos excepcionais elencados em contrato (i) falência ou recuperação judicial, (ii) paralisação da obra injustificada por mais de 20 dias seguidos, (iii) excesso de mandato ou negligência, imperícia ou (iv) falta/atraso de pagamento por mais de 15 dias seguidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2016	16.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/03/2015	12.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

31/03/2015	AGE	31/03/2015	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/03/2016	AGOE	22/03/2016	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/04/2012	30/04/2012	37.852.195,79	0	0	0	97,13520000	0,00

Forma de restituição

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

Razão para redução

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 22 de março de 2016

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

Em 31 de março de 2015

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não

18.1 - Direitos das ações

Restrição a circulação Não

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
- Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
- Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- Direito de votar nas assembleias gerais; e
- Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável à Companhia

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110	110,01	110,01	R\$ por Unidade	110,01
31/12/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.118	129,00	99,99	R\$ por Unidade	109,95

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.389	199,87	121,00	R\$ por Unidade	154,48
31/12/2016	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.520	242,00	150,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

- a. país
- b. mercado
- c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
- d. data de admissão à negociação
- e. se houver, indicar o segmento de negociação
- f. data de início de listagem no segmento de negociação
- g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
- h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações
- i. se houver, banco depositário
- j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável à Companhia

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável a Companhia dado que nos últimos 03 exercicios não foram realizadas ofertas publicas de distribuição efetuadas.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável a Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 **Contrato de Compra e Venda:** Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“Antigo Controlador”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 **Preço de Aquisição:** O preço de aquisição das Ações de Controle (“Preço de Aquisição”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 **Pagamento do Preço de Aquisição:** O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“DI”) calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 **Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda:** A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

2 OFERTA

2.1 **Ações Objeto da Oferta:** Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 **Preço da Oferta:** O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“Preço da Oferta”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 **Pagamento do Preço da Oferta:** A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de DI calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 **Conseqüência da Aceitação da Oferta:** Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5 **Oferta com procedimento diferenciado:** Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 **Validade:** Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 **Laudo de Avaliação:** Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela **LDI**, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

5.2. A aquisição de 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações pela **LDI**, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável à Companhia

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável a Companhia

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	28/03/2014
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) pela própria Companhia; (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia; (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas; (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver); (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas; (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada;

Principais características e locais de consulta

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, incluindo em seu bojo as regras para negociação de valores mobiliários. O texto integral da nova POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

O objetivo da Política de Negociação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informação Relevante.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.</p> <p>4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>4.3. Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.</p> <p>5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.</p> <p>5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.</p> <p>5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.</p>
--	--

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existe outras informações que o emissor julgue relevantes..

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, não há.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, sendo certo que está sujeito a ela bem como à regulamentação aplicável em vigor. O texto integral da nova Política pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

A referida Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas vinculadas, na divulgação e uso de ato ou fato relevante, na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas, bem como na negociação com valores mobiliários, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). A Política tem o intuito de divulgar aos órgãos competentes, investidores, analistas de mercado, imprensa financeira especializada e ao mercado em geral, informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à Companhia, assegurando, assim, os mais elevados padrões de igualdade e transparência no uso de informações e divulgação de atos ou fatos relevantes a todos os interessados.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e consolidado que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Quatro meses após o encerramento de cada exercício social, a Companhia deve, adicionalmente ao previsto na legislação vigente: (i) elaborar demonstrações contábeis e demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS, em reais, que deverão ser divulgadas na íntegra, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar a

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Íntegra das demonstrações contábeis, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes. Os auditores independentes pela Companhia contratados, além de serem registrados na CVM, devem possuir experiência comprovada no exame das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS, conforme o caso, sendo que a Companhia deve responder pelo atendimento dessa formalidade.

A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seus Acionistas Controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano.

Divulgação de Informações Trimestrais e Informações Anuais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, a Companhia deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e Consolidado; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e vinculação a cláusula compromissória de arbitragem.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada das normas editadas pela CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, os Acionistas Controladores da Companhia devem divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM;

(iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

O Diretor de Relações com Investidores é o principal responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de informações. Também é responsável pela transmissão das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o formulário IAN (Informações Anuais da Companhia) e no Formulário de Referência.

Outrossim, as regras e diretrizes desta Política de Divulgação e Negociação deverão ser observadas pelas denominadas “Pessoas Vinculadas”, quais sejam:

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia;
- (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas;
- (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver);
- (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas;
- (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ;
- (vii) pelos terceiros com acesso à ato ou fato relevante;
- (viii) pelas as sociedades nas quais a Companhia detém o Poder de Controle; e
- (ix) pelos membros de comitês da Companhia, sejam eles estatutários ou não.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.